

**PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA ENSINADA NAS SÉRIES INICIAS: ALGUMAS
REFLEXÕES.**

Lourdes Rafaella Santos Florencio | rafaellaflorencio@gmail.com

INTRODUÇÃO

A forma como se ensina História nas séries iniciais, parte essencialmente da concepção que se tem sobre o que é História. Ao mesmo tempo em que se ensina se compartilha visões e convicções, dessa forma está nas mãos dos educadores o direcionamento que a História terá em sala de aula.

A formação do pedagogo é polivalente, ou seja, carrega em seu currículo uma concepção fundada na interdisciplinaridade. Ao exercer a docência nas séries iniciais se precisa ensinar conteúdos das mais variadas áreas do conhecimento o que coloca esse professor diante de conhecimentos muitas vezes distantes das apreendidas na formação docente.

Os educadores se deparam com ambientes escolares muitas vezes adversos. Em sala de aula encontram crianças envolvidas pelas Tecnologias da Informação como celulares, videogame, tablet em substituição da bola, bicicleta e brincadeiras de rua. Como expõe o historiador Hobsbawn, “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (1995, p.13).

Ainda sobre o exercício docente, argumentos como desvalorização do trabalho docente, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, entre outro, são bastante recorrentes quando professores são questionados sobre o planejamento e a formação docente continuada. Na prática se observa que muitos educadores chegam a repetir anualmente os planos de ensino acrescentando ou adaptando quase nada. Talvez ações como essas impulsionem a empatia e rejeição de nossos educandos a matérias como História já que não há nenhuma busca de aproximação com o cotidiano dessas crianças.

Tradicionalmente o ensino de História foi trabalhado na educação básica a partir de temas, tempos e espaços bastante distantes da realidade dos alunos, quanto aos educadores, esses tinham apenas o papel de transmitir tais saberes prontos e inquestionáveis.

A atual concepção da História, na contramão da visão anterior, busca colaborar para a

construção da consciência histórica a partir do conhecimento de diferentes experiências sociais no tempo e no espaço. Nessa caminhada os saberes históricos escolares buscam aproximar-se do cotidiano de educadores e educandos, buscando com isso evitar ou minimizar a homogenização da História ensinada.

Estabelecer conexões entre a História e o Ensino torna-se muitas vezes um trabalho complexo, incorporado pela inclusão de debates que favorecem temporalidades e locais cotidianos para as crianças e professores. Os Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam essa perspectiva, propõe para o 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental uma organização de deve “conhecer as muitas histórias de outros tempos, relacionadas ao espaço em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte” (BRASIL, 1996: 43-44).

Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o saber histórico e a história ensinada nas séries iniciais a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Buscou-se identificar nestes documentos elementos que podem ser absorvidos pelas atuais perspectivas históricas. Desta forma, no primeiro momento será apresentada a percepção atual de História, posterior os PCN's e por fim os RCNEI.

OS SABERES HISTÓRICOS NA CONTEMPORANEIDADE

A História na contemporaneidade não é a ciência do passado, como aponta Marc Bloch, a História tem como objeto o Homem. Já que “[...] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar. O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (1989, p.54).

As relações humanas, seus registros e evidências são, portanto, o ponto de partida para a compreensão dos sujeitos e dos processos históricos. Buscando entender os agentes sociais a partir das suas relações em diferentes espaços e tempos, e permitindo aproximações de situações atuais com situações passadas.

Deste modo se pode dizer que a História busca problematizar nuances da vida social em diferentes espaços e tempo. Há um distanciamento entre a História vista por seus especialistas e a História compartilhada pelo senso comum como área do conhecimento

humano que “estuda o passado para entender o presente e mudar o futuro”, com um conteúdo acrítico, pronto para ser memorizado.

A construção da História é marcada pelo tempo e espaço. Faz-se presente nas mais variadas representações culturais chegando mesmo a dá sentido às coisas, por exemplo, ao sentimento patriótico que aprendemos desde muito cedo quando torcemos pela seleção brasileira de futebol ou quando marchamos em ato cívico no dia 7 de setembro, data comemorativa pela Independência do Brasil.

É salutar o entendimento de que a História é antes de tudo um campo de disputa da Memória, portanto uma construção que parte da interpretação de sujeitos munidos por intencionalidades e que interferem na construção de identidades. Assim se tem o passado (re)vivido pela Memória e pela História, nem sempre em sintonia.

Recordar acontecimentos passados não requer esforços além do de lembrar. Fazer uma leitura histórica sobre o mesmo fenômeno é fazer uma análise do contexto, deparando-se em geral com conflitos de memórias.

Considerando que a história perpassa pelos fenômenos econômicos, sociais, políticos, culturais, as transformações constituem uma leitura do mundo por intermédio de um raciocínio histórico complexo que permita a compreensão de como esses fatores se combinam diferentemente, por isso necessita desenvolver desde a infância, a vivência e análise de experiências pluridisciplinares e específicas que possibilitem compreender as complexidades dos fenômenos humanos sobre o terreno em envergadura planetária (MORIM, 2005).

Lançado em 1988, História e Memória é ainda hoje uma das obras mais lidas por historiadores e pesquisadores que se interessa pela área. Seu autor, Le Goff, é considerado por muitos uns dos principais historiadores da contemporaneidade.

Na obra supracitada o autor apresenta a História a partir da relação entre presente-passado, história-memória, fazendo a diferenciação entre História Viva e História Ciência. A primeira refere-se as nossas recordações e narrativas de experiências cotidianas, já a segunda está relacionada a produções dos historiadores, fruto de pesquisa e marcada pelo rigor acadêmico.

No trabalho acadêmico, a memória é um objeto essencial para o conhecimento da História. O relato da memória é uma externização das projeções sociais e os/as historiadores/as buscam nela elementos do passado-presente. Embora sejam reminiscências do vivido, a memória é um fenômeno da atualizada em constante transformação já que é

sempre vivida e resignificada por sujeitos munidos de sentimentos.

O ato de lembrar é essencial para a sociedade, nela encontram-se as bases para a construção de identidades, individual e coletiva. A ação de lembrar é a principal atribuição da memória.

Já a História ou o trabalho do historiador é uma pretensa representação incompleta do passado, pois é impossível “resgatá-la” por completo, assim a produção histórica é produto do presente e está em constante mudança e contestação.

A objetividade do trabalho histórico tem suas limitações se comparada, por exemplo, a ciências como Biologia ou Química. Porém possui um rigor e metodologia que lhe distancia da ficção ou romance histórico. O tempo utilizado pelos/as historiadores/as é o Tempo Histórico que organiza os eventos em longa e curta duração.

No início do século XX, o campo da História passou por uma das mais significantes mudanças, vivenciando a emergência de novos objetos, abordagens e problemas a partir da Escola dos Annales no final dos anos 1920. Influenciando ainda hoje as produções historiográficas.

A partir da Escola dos Annales a História abrangeu seus estudos para vários arcabouços. Ao trabalhar em conjunto com outras disciplinas deu um importante passo para inovação historiográfica. Com a antropologia houve uma maior possibilidade de compreender os comportamentos de civilizações antigas, a psicologia contribuiu imensamente nos estudos das mentalidades,

A ampliação das fontes históricas fez com que os historiadores utilizassem pinturas, fotografias, filmes, móveis, roupas e músicas como fontes históricas. A noção de documento escrito também se ampliou, passou-se a recorrer às cartas, diários íntimos, jornais, receitas culinárias, entre outros.

A inovação das fontes históricas proposta pela Escola dos Annales ampliou o universo das pesquisas realizadas pelos historiadores. Conseqüentemente aumentou as possibilidades do/a professor/a trabalhar em sala de aula temas variados de maneira que considere o desenvolvimento cognitivo envolvido na relação de ensino /aprendizagem em história, buscando construir sujeitos crítico.

A História, enquanto área do conhecimento, para além de narrar fatos, está imbricada na construção e desconstrução de Verdades, Saberes e também Estereótipos e Preconceitos. O conceito, sentido e conteúdos do saber histórico atravessaram várias modificações ao longo do

tempo. Pode-se dizer que as produções intelectuais são fruto dos anseios, pensamentos e valores do tempo e espaço de quando escritas.

O historiador Marc Bloch (2001, p.65), nos alerta que "[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente”.

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A Constituição Federal de 1988 deu condições para a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 1996 a qual estabelece no **Art. 22** os princípios da educação básica com as finalidades de “[...] desenvolver o,educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Organizada em três etapas, organiza-se em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em seu **Art.29** descreve a Educação Infantil como a primeira fase da educação básica, tendo como objetivo a “[...] primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” Essa primeira etapa da educação foi alterada pela Lei nº 12.796 de abril de 2013 que estabelece que crianças com quatro anos, e não mais com seis, devem ser matriculadas na Educação Infantil.

A LDB, baseada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, reafirma o desenvolvimento dos/as educandos/as para o exercício da cidadania e preparo para o mundo do trabalho. O multiculturalismo da educação básica e o espelho para a História Ensina, reafirmada em 1997 com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

O Ministério da Educação lança os PCNs como diretrizes não-obrigatórias, um elemento norteador para se pensar o ensino das disciplinas presentes no currículo escolar.

O que os PCNs apresentam sobre a história?

Em concordância com as mudanças ocorridas no campo da História a partir Escola dos Annales, visto por nós na primeira aula, a história ensinada passa a ser vista como ferramenta para leitura e compreensão plural do mundo. Propondo inovações não apenas na concepção mais nos métodos de ensino-aprendizagem.

Por todo o documento é evidenciado a preocupação com a formação cidadã e a

importância de fomentar nas aulas de história a noção de identidade ligada ao pluralismo sócio-cultural.

O termo Cidadania é utilizado excessivamente nos PCNs, como define Paulo Freire:

Cidadania está referida diretamente à história das pessoas e tem haver com outra coisa muito mais exigente que é a assunção da história da pessoa. [...]. A história não é feita de indivíduos, ela é socialmente feita por nós todos e a cidadania é o máximo de uma presença crítica no mundo da história por ele narrada. Então vocês vejam cidadania como sendo isso. A cidadania não é apenas o fato de ser um cidadão que vota. [...] o conceito de cidadania vem casado com o conceito de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está. (FREIRE, 2001, p.129).

Compartilhando das ideias de Paulo Freire (2000), se acredita que cidadania e educação estão diretamente ligadas a sociedade democrática de direitos e a participação efetiva de homens e mulheres. Nessa perspectiva a conscientização dos sujeitos no processo educacional escolar torna-se um elemento libertador e por tanto um processo de construção da cidadania já que, ainda segundo Freire, a consciência gera o pensar, agir e atuar refletindo no modo.

Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania (BRASIL, 1997, p. 27). O que se identifica nos Parâmetros Curriculares Nacionais é a proposta de uma formação do/a educando/a que não foca apenas a transmissão e recepção de conteúdos e informações e sim na formação capaz de desenvolver capacidades como criticidade, respeito e autonomia.

O referido documento é bastante claro ao propor rupturas no ensino de história. Como tentativa de renovação do ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais de História buscou aproximar-se das contendas acadêmicas, chegando a propor um ensino com novos objetos, perspectivas e metodologias buscando superar o ensino tradicional.

Na organização curricular, o documento propõe que os saberes históricos sejam divididos pro eixos temáticos, como resume Fonseca:

Os conteúdos (o que ensinar), os saberes históricos selecionados e sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), implantados a partir de 1997, apontam uma organização curricular por eixos temáticos, desdobrados em subtemas. Para os quatro anos iniciais do Ensino fundamental, foi

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

proposto o estudo de dois eixos temáticos: I) História local e do cotidiano, subdividida em dois subitens: ‘localidade’ e ‘comunidades indígenas’; II) História das organizações populacionais, subdividida em ‘deslocamentos populacionais’, ‘organizações e lutas de grupos sociais e étnicos’, e ‘organização histórica e temporal’. (2010, p.2)

A partir dos eixos sugeridos no PCN, a disciplina de história encontra no cotidiano seu ponto de partida e chegada. Valorizando as experiências dos professores e alunos, partindo do presente e ampliando para modos de vida de outros grupos na mesma localidade no presente e em outros tempos. Despertando os alunos a compreenderem percepções como diferenças-semelhanças e mudanças-permanências.

Seguindo essas orientações, o professor deve, em seu planejamento, pesquisar e organizar estratégias de ensino que requerem o uso de matérias diversos em sala de aula como: imagens, objetos, narrativas entre outros que possam vir a serem instrumentos para a construção do saber histórico. Com isso pretende-se “[...] favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas” (BRASIL, 1998, p. 52).

Elemento que merece destaque são os eixos temáticos apresentados pelo documento.

A História Temática é apresentada como alternativa para renovação no seu ensino. Entretanto, essa proposta requer dos professor, estudo e muito planejamento já que todo o processo de aprendizagem fica a cargo dos educadores, incluindo as definições temáticas. “[...] A principal justificativa para a mudança era a tentativa de superar o ensino da História baseado na cronologia.” (SCHMIDT E CAINELLI, 2004).

Aprendizagem como processo de construção integrado por conhecimentos diversos, onde se espera que ao logo dos anos educacionais proporcione aos educandos a capacidade de: Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços; Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado; Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles; Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço; Questionar sua realidade, identificando alguns

de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil; Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros; Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia. (BRASIL, 1998).

Como podemos observar a história ensinada, seguindo as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, torna-se uma atividade bastante complexa para os educadores. Trabalhada a partir da história local, com variação de tempos históricos, análise crítica sobre o contexto social inserido, entre outras torna a proposta do PCN alvo de críticas por vários estudiosos como Oliveira (2003) que em sua tese de doutorado faz considerações sobre o contexto em que os PCNs foram elaborados, bem como sobre suas lacunas.

AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA ENSINADA

A perspectiva transdisciplinar identificada nos PCN's é igualmente observada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), aprovada já em dezembro de 2009, define o currículo da educação infantil da seguinte forma:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Buscando articular saberes e as experiências dos educandos aos conhecimentos de mundo socialmente construídos. O referido documento apresenta a Educação infantil como o início do processo de construção de conhecimentos em ambiente escolar, caber aos profissionais dessa área o papel não apenas de cuidar, mais também o de educar.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), publicado pelo Ministério da Educação em 1998, os objetivos da Educação Infantil são apresentados da seguinte forma:

3. Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.
4. Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar.
5. Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.
6. Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.
7. Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação.
8. Brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.
9. Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.
10. Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998, p.63).

Os Referenciais Curriculares buscam contribuir para a superação do entendimento da educação infantil enquanto prática pedagógica assistencialista, construída historicamente. Entendendo as crianças enquanto sujeito e valorizando suas experiências de vida para a construção cidadã, autônoma e solidária.

Em seu terceiro volume, o RCNEI intitulado por Conhecimento de Mundo apresenta uma proposta de fragmentação de saberes que deveram ser trabalhados em sala de aula, dividido em seis eixos: Movimento; Artes Visuais; Música; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade; Matemática.

A história ensinada apresenta-se especificamente no eixo Natureza e Sociedade, a qual integra conhecimentos das Ciências Humanas e Naturais. Entre os blocos sugeridos, destacamos “Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar”, proposto para crianças entre quatro e seis anos.

Na busca de uma proposta pedagógica acomodada no entrosamento do conhecimento de si e do mundo, a sugestão é socializar experiências trazidas de casa e em outros tempos e espaços.

Assim como os PCNs, os RCNEI incentivam um ensino que tem como ponto de

partida a história local, aproximando da realidade dos/as alunos/as e despertando-os para a problematização do cotidiano vivido.

Referindo-se a datas comemorativas presentes no calendário nacional como dia do índio, da árvore, das mães e etc., o documento é enfático ao descrever práticas corriqueiras.

Nessas ocasiões, as crianças são solicitadas a colorir desenhos mimeografados pelos professores, como coelhinhos, soldados, bandeirinhas, cocares etc., e são fantasiadas e enfeitadas com chapéus, faixas, espadas e pinturas. Apesar de certas ocasiões comemorativas propiciarem aberturas para propostas criativas de trabalho, muitas vezes os temas não ganham profundidade e nem o cuidado necessário, acabando por difundir estereótipos culturais e favorecendo pouco a construção de conhecimentos sobre a diversidade de realidades sociais, culturais, geográficas e históricas. (BRASIL, 1998, p. 165).

Muitas vezes utilizamos as datas comemorativas de forma equivocadas e perdemos a oportunidade de trabalharmos, por exemplo, o contexto sócio-histórico dos índios brasileiros ou ainda o consumismo estampado no dia das mães ou na páscoa. Intervenções mais significativas partem essencialmente do planejamento escolar.

Articulando o contexto escolar e social, o educador precisa planejar suas ações construir práticas educativas que não se atrelem apenas aos livros didáticos, não é apenas elabora atividade com dinâmicas e espaços diferenciados da sala de aula. É estudar sobre o assunto a ser trabalhado, identificar o que os/as alunos/as já sabem, definir os conteúdos e pensar onde, como e quando serão abordados. Ou seja, atividade de escolhas e reflexões sobre a nossa prática profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de História nas Séries Iniciais encontra na formação social dos alunos sua dimensão maior, possibilitando se perceberem como sujeitos participantes dos processos sociais. Porém, até um passado recente, meados do século XX, a História Ensinada era vista como uma retrospectiva histórica de todo o passado da humanidade. É sistematicamente a partir da redemocratização na década de 1980, que profissionais da educação passaram a repensar o sentido, dinâmica e conteúdos dos ensinamentos de história e geografia no Brasil.

Embora tenha sido bastante os avanços, ainda se vê muito senso-comum no ensino e, principalmente, na concepção de História compartilhada por muitos educadores.

O ensino de História quando busca construir conceitos no processo de ensino-aprendizagem torna-se uma atividade bastante complexa para os educadores. Em sala de aula é preciso fragmentar, problematizar, fazer conexões com outras áreas do conhecimento e transformar palavras do cotidiano em conceitos. Embora os documentos por ora analisados já tenham mais de uma década de existência e uma atual sintonia com as perspectivas históricas, tais propostas ainda encontram inúmeras desafios em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandez. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 1989.
- _____. **Introdução à história**. 6. ed. Portugal: Europa-América, 1965.
- FONSECA, Selva Guimarães. **A história na educação básica: conteúdos, abordagens e Metodologias**. Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, 2010.
- _____. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**, São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **História local e o ensino de história**. In: Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.